

VIOLÊNCIA DE GÊNERO E ESCOLA: DESMISTIFICANDO SABERES

Autora: Graduanda MARIA CLARA GUIMARÃES SOUZA
Coautora: Graduanda TAINARA EVANGELISTA PASCOALETO
Coautora: Prof.^a Dra. TATIANA MACHIAVELLI CARMO SOUZA

*

Resumo

A concepção de gênero advém de uma construção social, histórica e cultural, que consolida determinadas formas de ser e vivenciar a sexualidade humana, de acordo com as demandas de cada época. Nesse processo, ocorre uma padronização que mantém determinadas formas de sexualidade, constituídas pelo papel feminino e masculino na lógica binária heteronormativa, legitimada pelo Estado, Igreja e Sociedade. Na história, a mulher ocupou/a um papel de submissão e opressão perante o masculino, o que repercute nas demasiadas formas de violência, propagada nas instituições sociais, sejam elas: Família, Estado, Escola, etc. Como instituição social, a escola se configura em um espaço social de propagação de saberes e de expressão da diversidade sexual, portanto ocupa um lugar privilegiado para o estudo e reflexão das questões de gênero. O projeto de extensão denominado “Violência Dói e Não é Direito: (Des)construindo Conceitos”, do curso de Psicologia da Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí, teve como objetivo proporcionar discussões e reflexões com intuito de prevenir a Violência Contra a Mulher (VCM) e conscientizar as(os) participantes sobre as desigualdades de gênero, a fim de levar informação e formar cidadãos mais conscientes. Este trabalho foi realizado no Colégio Estadual José Feliciano Ferreira (Jataí-GO), com estudantes que escolheram participar do Clube Juvenil voltado para essa temática. De acordo com o cronograma da escola, as atividades lá realizadas eram montadas anteriormente aos encontros pelas extensionistas, juntamente com a orientadora, de modo que houvesse participação dos estudantes. Ou seja, embora os temas e instrumentos de intervenção fossem escolhidos pelas extensionistas, os jovens possuíam bastante liberdade e oportunidade de compartilhar suas opiniões e colaborar com as discussões propostas. O projeto contou com 7 extensionistas, 1 orientadora e aproximadamente 12 estudantes (por se tratar de um grupo aberto havia a possibilidade de entrada ou saída de

* Instituição: Universidade Federal de Goiás – Regional Jataí

membros). As reuniões para a realização das atividades duraram 5 meses (Fevereiro-Junho) e foram desenvolvidas em 2016. Os encontros ocorriam semanalmente às quartas-feiras, com duração média de 1 hora e 40 minutos. Ao final, os estudantes responderam um questionário com o intuito de avaliar qualitativamente o nível de aproveitamento e satisfação deles em relação ao conteúdo e forma do projeto. Além disso, ficaram responsáveis pela elaboração da culminância, que era o trabalho no qual apresentariam para toda a escola importantes informações que aprenderam. Ambas as tarefas finais feitas pelos alunos revelaram que a escola tem a possibilidade de desconstruir ideias discriminatórias, preconceituosas e violentas.

Palavras-chave: Gênero; Escola; Prevenção.

I. Introdução

Ao longo da história, homens e mulheres têm sido diferenciados socialmente a partir da atribuição de papéis e valores construídos (NEVES, 2013). De acordo com Osório (2002), após a Revolução Neolítica, no período da Pedra Lascada (10.000 a 4.000 a.C), as famílias se organizavam na forma “matriarcal”, onde as mulheres pertenciam ao seu clã (e não ao homem) e possuíam alguns direitos políticos e à propriedade. O papel feminino na economia estava voltado à domesticação cumulativa de plantas e ao suprimento alimentar (resultado da revolução neolítica). Nessa época, os povos primitivos não conheciam o papel do pai na reprodução e por isso, o parentesco era voltado apenas à linhagem materna.

Leite (1994) aponta que a sociedade matrilinear predominou apenas até a invenção do arado juntamente com a descoberta do homem de seu papel na reprodução humana. A partir disso, surgiram as primeiras sociedades patriarcais, onde o homem (pai) se tornou o “chefe” da família. Naquela época, a fidelidade feminina passou a ser exigida e por conta disso, a vida da mulher começou a ser extremamente controlada pela desconfiança do marido que prezava a legitimidade de seus filhos. Osório (2002) diz que a origem da palavra família está no vocábulo “servos”, a fim de mostrar que primitivamente a família era um conjunto de escravos ou criados de uma pessoa só, no caso, o pai.

Desse modo, no decorrer da história, foram sendo reservados às mulheres um lugar de menor destaque, onde seus direitos e deveres estavam voltados para a criação dos filhos e os cuidados do lar, ou seja, direcionado à vida privada (SILVA, 2010). A histórica e tradicional desigualdade entre os gêneros culmina na VCM, que tem sido objetificada pelo homem durante

a história, houve algumas tentativas fracassadas de mudanças nesses papéis, como por exemplo no século XVIII, onde mulheres tentaram se apossar da ideia de igualdade estabelecida pela Revolução Francesa a fim de obter espaço na vida pública, porém acabaram tendo a morte na guilhotina como seus destinos. A igualdade à qual os franceses se referiam no século das luzes era uma igualdade para bem poucos, destinada apenas aos homens da classe burguesa, não se estendia às mulheres (SILVA, 2010). De acordo com Birman (2001), foram necessários quase dois séculos para que a lógica de igualdade de direitos se transformasse em normas sociais que legitimassem a igualdade de condições entre os sexos e gêneros.

Somente no início do século XX, as mulheres começaram a conseguir um mínimo espaço na sociedade. Segundo Birman (2001), o percurso das mulheres foi marcado por um longo debate, com progressos e retrocessos, desde o direito de votar, até o acesso à educação. As desigualdades diminuíram apenas a partir da década de 1960 com o advento da Declaração Universal dos Direitos do Homem e do Cidadão, resultado de movimentos de minorias sociais.

Observou-se, que ao longo da história do movimento feminista, construiu-se vários ideais políticos e reivindicações diversas, como: o direito ao voto feminino; o direito a ocupação do espaço público, na política e no mercado de trabalho; o feminismo radical; todos estes feminismos que se propõem a pensar nos problemas de gênero em prol da igualdade de direitos entre homens e mulheres (LOURO, 1997). Dentro deste movimento, ocorre uma diferenciação entre as reivindicações realizadas por mulheres brancas de classe média entre mulheres negras de classe média alta ou baixa, o que indica que o feminismo não é um movimento homogêneo, o qual ainda permanece invisível as diferenças entre raça e etnia (GONZALEZ, 2014). Assim, destaca-se o Mapa da Violência de 2015 que indica o crescimento de 54% de mortes de mulheres negras no decorrer de dez anos, problema tratado de forma específica e particular (WAISELFISZ, 2015).

Apesar de inúmeras lutas e muitos progressos durante a história, atualmente ainda existem muitas barreiras a serem quebradas e direitos a serem conquistados para a sociedade alcançar a igualdade entre gêneros. Como retrata o Mapa da Violência, 38,72% de mulheres sofrem violência diariamente, destes casos 85,85% é violência doméstica e familiar, Goiás está em terceiro lugar no ranque de homicídios femininos e Jataí está na 82ª posição de homicídios femininos. (WAISELFISZ, 2015). As estatísticas demonstram os altos índices de violência contra as mulheres em todo o mundo e, mais especificamente, no Brasil, deixando claro a necessidade do combate sistematizado, bem como a importância de mudanças de

comportamento e de atitudes da população frente à desigualdade de gênero (MACHADO, 1998) e ao reconhecimento dos direitos da mulher.

Na medida em que afeta a dimensão individual e coletiva, demandando formulações de políticas específicas e organizações de serviços voltados à prevenção, acolhimento e cuidado, a violência se transforma em problema de saúde pública (SCHRAIBER et al, 2005). No contexto do sudoeste goiano, cenário de interesse desse trabalho, o absurdo índice revela dados que geram/ou deveriam gerar extrema preocupação em profissionais de diversas áreas.

Segundo Saffiotti (1999), o desequilíbrio entre os papéis designados aos sexos não é algo natural, mas legitimado pela herança cultural e estruturas de poder pelos agentes envolvidos na trama das relações sociais. Ou seja, eles são ensinados. Dessa forma, notou-se que a cultura patriarcal presente na sociedade organiza relações de poder que se reproduzem involuntariamente, pois as pessoas agem sem questionar as ordens e a organização da estrutura social. Para a autora, gênero diz respeito a uma construção histórico-social de masculino e feminino, sendo, portanto, o conjunto de normas estabelecidas socialmente que determinam as maneiras de se comportar e relacionar interpessoalmente. Ela crê que as desigualdades predis põem a ocorrência de violências.

De acordo com Hirigoyen (2006), propostas com caráter informativo/preventivo trabalhadas com jovens são bastante viáveis, pois possuem a chance de deixá-los atentos para os primeiros sinais de violência, prevenindo a instalação e manutenção de comportamentos que violem seus direitos, assim como diminuindo a probabilidade de que se perpetuem comportamentos machistas.

Neste contexto, esse texto apresenta um relato de experiência das acadêmicas de Psicologia da Universidade Federal de Goiás/Regional Jataí com um grupo de estudantes em um colégio estadual do município, com o intuito de desenvolver ações norteadas pela temática da VCM e conscientizar os participantes sobre as desigualdades de gênero, a fim de levar informação e formar cidadãos mais conscientes. De modo específico, o projeto objetivou a) desmitificar estereótipos socialmente estabelecidos, b) apresentar conceitos teóricos no intuito de promover o aprendizado e conscientização acerca do temas, e c) promover atividades que despertem o protagonismo dos jovens.

II. Método

As atividades foram desenvolvidas no Colégio Estadual José Feliciano Ferreira, situado na cidade de Jataí-GO, com alunos da escola que escolheram participar do clube juvenil¹ voltado para a temática da VCM. O projeto contou com a participação de 7 extensionistas, 1 orientadora e aproximadamente 12 estudantes (com possibilidade de entrada ou saída de membros por se tratar de um grupo aberto). Os encontros ocorriam semanalmente às quartas-feiras com duração média de 1 hora e 40 minutos. As atividades eram previamente preparadas pelas extensionistas, juntamente com a orientadora e além disso, quando necessário, reuniões com os coordenadores e/ou diretor da instituição aconteciam para comum acordo e devolutiva das atividades planejadas e executadas na escola.

Os encontros foram desenvolvidos no decorrer de 5 meses, de fevereiro a junho de 2016, tendo como assuntos: gênero, desigualdades, machismo, VCM, tipos de violência, lei Maria da Penha e meios de denúncia e assuntos relacionados, conforme quadro 1. Embora os temas dos encontros fossem escolhidos anteriormente pelas extensionistas, o conteúdo abordado no dia era presidido pelos próprios estudantes. As acadêmicas atuaram como facilitadoras do protagonismo juvenil, promovendo reflexões e impulsionando discussões sobre gênero e VCM.

O cronograma de trabalho montado para a reunião do grupo em conjunto com os estudantes norteava os temas e as práticas na escola, nele também estava incluso, atividades práticas como visita a Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher (DEAM) e uma palestra com uma profissional do Centro de Referência de Assistência Social (CREAS) para melhor desenvolvimento da temática.

O projeto conduzia atividades bastante dinâmicas e didáticas, pois objetivava promover o empoderamento dos jovens, além de desmistificar (pre)conceitos sobre gênero. Os debates foram alicerçados na Psicologia Sócio-Histórica.

Após o encerramento do clube, as extensionistas elaboraram um questionário com o intuito de avaliar qualitativamente o aproveitamento e satisfação dos participantes em relação ao conteúdo presente no cronograma e a maneira como foi abordado. Além disso, os alunos

¹ Reuniões semanais compostas por estudantes para discutirem ou aprenderem sobre qualquer tema de seus interesses (ex: música, dança, comida oriental, etc). São criados tanto por estudantes, quanto por extensionistas ou professores, apenas os 13 clubes com maiores inscritos entram em funcionamento.

realizaram a culminância, que foi o trabalho que eles apresentaram para toda a escola com importantes informações que aprenderam em durante o tempo presentes no clube.

Quadro 1. Cronograma de trabalho

Data	Atividades Realizadas
1º Encontro (03/02)	Elaboração e estruturação do clube
2º Encontro (17/02)	Apresentação e efetivação das matrículas no clube
3º Encontro (24/02)	Discussão sobre: gênero, patriarcado e machismo
4º Encontro (02/03)	Música sobre violência doméstica
5º Encontro (09/03)	Apresentar os tipos de violência existentes na Lei 11.340
6º Encontro (16/03)	Apresentar a Lei 11.340 e os tipos de denúncia associados a ela
7º Encontro (23/03)	Visita na DEAM de Jataí
8º Encontro (30/03)	Trabalho produzido sobre a visita
9º	Apresentação e discussão do trabalho produzido

Encontro (06/04)	
10° Encontro (13/04)	Relacionamento abusivo
11° Encontro (20/04)	Dinâmica sobre relacionamento abusivo
12° Encontro (04/05)	Palestra da Psicóloga do CREAS
13° Encontro (11/05)	Discussão sobre o CREAS
15° Encontro (25/05)	Discussão sobre a culminância
16° Encontro (01/06)	Feedback do grupo
17° Encontro (08/06)	Organização da culminância
18° Encontro (15/06)	Organização da culminância
19° Encontro (22/06)	Organização da culminância

III. Resultados e discussão:

O projeto “Violência dói e não é direito” proporcionou espaço privilegiado na escola para reflexão das questões de gênero relacionadas à VCM, partindo dos processos sociais que permeiam as relações dos estudantes. O projeto atuou com caráter preventivo, de modo a incitar uma postura crítica dos jovens frente a problemática da VCM. Assim, as extensionistas iniciaram os encontros abordando assuntos referentes a gênero, patriarcado e machismo através de frases comuns do dia-a-dia dos jovens, de modo a relacionar as vivências do cotidiano destes com a problemática. Destaca-se, que o grupo foi composto apenas por um menino e o restante meninas, todos brancos ou pardos; portanto, ao falar sobre gênero é importante discutir as dissonâncias entre raça, etnia, classe, cultura e geração.

Nas discussões com os estudantes, inicialmente estes apresentavam uma visão deterministas sobre gênero baseadas na lógica binária heteronormativa. No decorrer dos encontros, os jovens desmistificaram muitos destes conceitos para abranger suas concepções sobre gênero e VCM. De forma, a compreender e construir uma postura crítica frente as desigualdades de gênero, que advém de uma cultura patriarcal que legitima ações e conceitos preconceituosos e discriminatórios referente as “minorias”, sejam elas: mulheres, homossexuais, negros, transexuais etc. Percepções justificadas pelas instituições sociais devido a norma e naturalização deste lógica, que impõe apenas uma forma de viver como correta, sendo esta baseada na linearidade entre o gênero, o sexo, o desejo e as práticas sexuais. Portanto, as extensionistas explanaram a concepção de que sexualidade, práticas sexuais, desejo e gênero não seguem uma linearidade e assimetria, estes processos se modificam e se transformam ao longo da vida do sujeito. (BUTLER, 2015).

O papel da educação nas discussões sobre gênero é imprescindível, pois trata-se de espaço fecundo para propagar informações e questionamentos sobre os papéis de homens e mulheres na sociedade. Dessa maneira, a educação é constituída por um conjunto de práticas sociais, plurais e amplas, nas quais as questões de gênero transparecem no cotidiano dos estudantes no decorrer do seu processo de aprendizagem (MAIA et al., 2012). As instituições escolares atuaram/m na separação de sujeitos entre meninas e meninos, faixas etárias, entre ricos e pobres, de modo a normalizar processos e espaços na construção de sujeitos sociais constituídos e legitimados pela sociedade (LOURO, 1997; MAIA et al., 2012). A escola atua como formadora de identidades, naturalizando determinadas formas de ser (LOURO, 1997, 2000). Notou-se, na relação dos estudantes com os coordenadores da escola do Clube Juvenil, que os coordenadores exerciam uma função reguladora e controladora por meio de uma relação

de hierarquia e poder perante os jovens. Diante disso, verificou-se que estas relações de poder se reproduzem entre as escolas, neste caso do Sudoeste Goiano, como um espaço em que estes (pre)conceitos são legitimados e propagados nas relações entre professoras e estudantes.

Na atualidade, as mulheres passaram a ocupar mais espaços públicos, em especial, no mercado de trabalho e na política. Contudo, a maior parte das situações de violência são vivenciadas no ambiente privado, no qual ocorre a naturalização da opressão e violência feminina. Isto é, a sociedade brasileira continua apresentando elementos machistas e patriarcais em pleno século XXI, mantendo práticas sociais que disseminam a desigualdade de gênero (GONZALEZ, 2014).

Diante disso, gênero pode ser definido como uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado, constituído através da história e da cultura (BRASIL, 2011; SCHRAIBER et al., 2005). No decorrer dos encontros, essa concepção foi exemplificada através de dinâmicas, vídeos e discussões que ilustravam as concepções, preconceitos, discriminação e violência de gênero no cotidiano dos estudantes. Observou-se que estes partiam de uma visão determinista do papel feminino e masculino, que confere ao homem as características de força, raciocínio, destreza, ativo, provedor e à mulher, fragilidade, passividade, submissão e cuidado. Por conseguinte, as extensionistas questionaram esses papéis determinados socialmente, de modo a considerar que estas características partem de uma construção social, político e cultural de uma época. Dessa maneira, estes pressupostos podem ser questionados e transformados de acordo com a identidade de cada sujeito, pois não há uma única forma de “ser Homem ou Mulher” (BRASIL, 2011).

Da mesma forma que as concepções de gênero são construídas pela história e a cultura, a adolescência também é um período do desenvolvimento humano construído historicamente e que deve ser considerado a partir da mediação do contexto social e cultural no qual o jovem está inserido (BERNARDES, 2010; MAIA et al., 2012). Deste modo, conforme a grande quantidade de jovens que se apresentaram interessados no Clube Juvenil, percebeu-se que os problemas de gênero fazem parte da adolescência o que desperta o interesse dos jovens por esta temática. Ademais, os jovens durante os encontros representavam os (pre)conceitos instituídos socialmente sobre gênero, contudo com uma perspectiva ativa, protagonista e flexível para desmistificar esses conceitos. Porém, os estudantes apontaram algumas dificuldades para exercer essa nova postura ativa, por se basearem no modelo tradicional de ensino, no qual esperavam das extensionistas uma postura ativa sobre o conhecimento trabalhado e estes

representavam uma postura passiva em vários momentos nas discussões. Papéis que demonstram a mediação do contexto social e histórico nas ações e pensamentos dos indivíduos.

Por conseguinte, ao discutir relacionamentos abusivos constatou-se a violência implicada nessas relações devido a concretização de papéis femininos e masculinos que oprimem e violenta a mulher. A partir dos relatos dos estudantes sobre suas experiências íntimas e familiares, eles relacionaram e diferenciaram por meio da apresentação de frases comuns do cotidiano o que configura um relacionamento abusivo. Nesses relatos, o sexo biológico aparece como um determinante do papel social, que legitima e naturaliza a VCM. Através da lógica heteronormativa, que justifica a dominação e submissão de um sexo sobre o outro, neste caso, do masculino sobre o feminino. Fator apresentado na restrição e privatização dos conflitos vivenciados nos relacionamentos, em que o homem se coloca como dominador e opressor da mulher no ambiente privado por meio de práticas abusivas naturalizadas e legitimadas na sociedade. Por fim, os jovens afirmam que os relacionamentos devem ser pautados no respeito, diálogo e divisão das tarefas domésticas de modo a evitar que se torne abusivo, vitimize e culpabilize a mulher pela violência sofrida.

Notou-se, a VCM como um problema social que exige o desenvolvimento de políticas públicas através da execução de programas governamentais que englobem as áreas da saúde, justiça, assistência social e educação. Com o propósito de apresentar algumas dessas instituições, foi realizada uma visita à DEAM e apresentado os mecanismos de proteção à mulher, como a Polícia Militar, o Disque Denúncia (180), as casas-abrigo e o CREAS. Também ocorreu, uma palestra com a psicóloga do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Essas atividades possibilitaram aos estudantes conhecerem os mecanismos de denúncia, os tipos de violência, as redes de apoio social, as medidas protetivas para a integridade física, “de natureza cautelar relacionado à situação familiar e patrimonial” (PASSINATO, 2015, p.415) da mulher, implantadas através de varas e juizados de acordo com a demanda dos processos jurídicos sobre os casos de VCM.

O trabalho na erradicação da VCM atua em uma rede multidisciplinar a partir de uma transversalização das políticas públicas, no atendimento e construção da cidadania e igualdade de gênero através da Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres (PASINATO, 2015). Este processo, parte da necessidade de um trabalho integrado que dialogue com diversas áreas na saúde, justiça, educação e assistência social na erradicação e prevenção da VCM (IPEA, 2015; PASINATO, 2015). Para tal, os aspectos teóricos utilizados neste

propósito devem condizer com a realidade prática referente aos problemas de gênero. Logo, é preciso o trabalho integrado das instituições públicas através de políticas, conversando com diversas áreas e seus profissionais, na proposta de elaborar novos programas do governo, prover capacitação profissional, manuais, campanhas, equipamentos e técnicas de prevenção, proteção, segurança e combate da VCM. (PASINATO, 2015).

Ao adentrar o assunto das políticas públicas, foi apresentado aos estudantes um vídeo sobre a Lei n. 11.340/2006 (Maria da Penha) para explicitar os tipos de violência, que se divide em patrimonial, física, psicológica, sexual e moral. Com a criação da Lei Maria da Penha aconteceu um avanço significativo no enfrentamento da VCM, que passou a ser considerada crime perante a legislação brasileira e os direitos humanos (BRASIL, 2011; PASINATO, 2015). A Lei Maria da Penha tem como objetivo punir, erradicar e prevenir a VCM através da implementação de políticas públicas (BRASIL, 2006). Contudo, ocorre falhas nesses serviços, fato que dificulta a eficácia da Lei Maria da Penha. Os problemas percebidos são: a dificuldade do trabalho em rede, a falta de capacitação dos profissionais, a atuação fragmentada, dificuldade em atingir mulheres de baixa escolaridade e vulnerabilidade econômica, falta de investimento financeiro do Estado, dificuldade do acesso à justiça e o descrédito e vitimização da mulher em situação de violência (PASINATO, 2015; SOUZA, SOUSA, 2015).

No contexto do sudoeste goiano, Souza e Sousa (2015) constataram a precária formação na atuação dos profissionais que trabalham com a VCM, precarização que também ocorre com os profissionais psicólogos em virtude da carência de discussões sobre esta temática no curso de Psicologia e em disciplinas específicas, culpabilização da mulher violentada pelos profissionais que ofertam esses serviços, falta de profissionais e recursos na DEAM e CREAS, inexistência de casas abrigos o que configura a ausência de serviços ofertados pelas Políticas Públicas de Enfrentamento da VCM. Entretanto, em 2016 foi criado o primeiro Juizado de Violência Doméstica e Familiar do município de Jataí, em virtude do alto índice de VCM na região, o qual pretende ofertar um trabalho multidisciplinar no atendimento das mulheres através da criação de serviços psicológicos, de assistência social, criar futuramente uma casa abrigo no município e dar andamento nos mil e quatrocentos processos prescritos sobre VCM. O que configura um grande avanço na região, em prol de desnaturalizar, prevenir, erradicar e punir a VCM no Sudoeste Goiano.

Diante deste cenário, na visita à DEAM os estudantes questionaram os tipos de violência, os mecanismos de denúncia, as medidas protetivas e, principalmente, os motivos que

mantém a mulher em situação de violência. No cenário brasileiro, a morosidade da justiça, a ausência de serviços garantidos pela Lei, a culpabilização, vitimização e descrédito da mulher em situação de violência dificultam que a Lei Maria da Penha vigore com eficácia de forma a erradicar a violência (PASINATO, 2015). Todos esses fatores, somados ao vínculo afetivo, influências familiares, falta de informação, dependência financeira e as consequências da denúncia dificultam que a mulher encerre o ciclo de violência (PASINATO, 2015).

Houve uma boa adesão voluntária dos alunos na participação das atividades ofertadas, contudo, ocorreu algumas desistências no decorrer do projeto e outros acréscimos de estudantes, em virtude do clube ter caráter de grupo aberto. Dessa forma, alguns jovens apresentavam dúvidas e momentos de silêncio, devido não terem acompanhado os encontros anteriores. Notou-se porém, que as discussões foram ricas e os estudantes se comprometeram com os horários e a programação existente.

No final do trabalho, os jovens apresentaram um vídeo e uma fala sobre a temática estudada na culminância do Clube Juvenil para toda a escola. Essa ação proporcionou maior acesso às informações relacionadas ao tema e oportunizou o compartilhamento e multiplicação dos conhecimentos adquiridos no projeto com outras pessoas, como por exemplo, seus familiares, amigos e/ou pessoas de seu convívio, resultando assim no protagonismo juvenil.

IV. Considerações finais

O presente trabalho apresentou um reflexo dos sentidos atribuídos na educação através dos papéis sociais que homens e mulheres ocupam na sociedade, de forma a desmistificar e problematizar a desigualdade de gênero. A escola, como instituição social, também propaga relações de poder, padroniza e legitima determinadas formas de ser dos sujeitos. Assim, o projeto de extensão “Violência dói e não é direito”, ocupou lugar privilegiado nesse contexto auxiliando a desconstrução de (pre)conceitos referentes aos problemas de gênero e as relações de poder vivenciadas na educação e no cotidiano dos estudantes.

O trabalho da Psicologia na escola é uma forma de atuar em umas das diretrizes das políticas públicas na prevenção da VCM, levando ao público fora da academia o acesso à informação e constituindo posicionamento crítico sobre a realidade que o cerca. As práticas desenvolvidas contribuíram para a desconstrução de ações discriminatórias, preconceituosas e violentas que repercutem nas práticas sociais referente as diferenças entre sujeitos, sejam elas

de: gênero, etnia, raça, geração e classe social. O projeto contribuiu na desnaturalização das desigualdades de gênero por meio de exemplos do cotidiano dos estudantes, para que estes fossem capazes de identificar os tipos de VCM, desconstruir (pre)conceitos referente ao papel feminino e masculino na sociedade, conhecer as políticas públicas e as formas de enfrentamento e prevenção da VCM através da justiça, assistência social, escola e saúde e desenvolverem uma postura crítica frente a problemática tornando-os instrumento potencial de mudança, transformação e rompimento da propagação da VCM nas suas próprias relações, sejam elas na escola e na família.

A extensão universitária contribuiu com a formação de profissionais mais críticos e preparados para enfrentar a desigualdade de gênero. Uma vez que o curso de Psicologia da Universidade Federal de Goiás - Regional Jataí não possui nenhuma disciplina em sua grade curricular sobre gênero. Portanto, o projeto de extensão abriu espaço para o estudo sobre gênero e viabilizou práticas profissionais comprometidas com as questões sociais. Acredita-se que a Psicologia, enquanto ciência e profissão, necessita ampliar as discussões sobre gênero nas grades curriculares, bem como intensificar o diálogo interdisciplinar, buscando promover mais produções científicas sobre a temática. Revisitar suas práticas e teorias também é tarefa importante e urgente para o desenvolvimento de atuações mais adequadas junto à temática da VCM e questões de gênero.

Referências:

BERNARDES, Maria Eliza Mattosinho. O método de Investigação na Psicologia Histórico-Cultural e a Pesquisa sobre o Psiquismo Humano. **Psicologia Política**. v.10, n.20, p. 297-313. Jul./dez. 2010.

BIRMAN, J. **Gramáticas do erotismo: a feminilidade e suas formas de subjetivação na psicanálise**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.

BORGES L. S. et al. Abordagens de Gênero na Psicologia: Revendo Conceitos, Repensando Práticas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v.33, n. 3, p. 730-745. 2013.

BRASIL. **Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Brasília: Presidência da República; Casa Civil; Subchefia para Assuntos Jurídicos, 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm Acessado em: 08 abr. 2016.

_____. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília. Coleção: Enfrentamento a Violência contra a Mulher. 2011a. 46.p. Disponível em:

<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/politica-nacional> Acessado em: 2 mai. 2016.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2016.

GONZALEZ, D. F. **Entre Público, Privado e Político: Avanços das Mulheres e Machismo Velado no Brasil**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo. p. 228-247. 2014.

GOULART, I. B. **Psicologia da Educação: fundamentos teóricos, aplicações à prática pedagógica**. 14 ed. Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro. 2007.

HIRIGOYEN, M. F. **A violência no casal: da coação psicológica à agressão física**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 232-239, 2006.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **A institucionalização das políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulheres (versão Preliminar)**. 13 ed. Brasília. 2015.

LEITE, C. L. P. **Mulheres: Muito além do teto de vidro**. São Paulo: Atlas, 1994.

LOURO. Guacira Lopes. Gênero. **Sexualidade e Educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. ed. 6. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p.184.

_____, Guacira Lopes. **O corpo educado**. Pedagogias da sexualidade. 2 ed. Belo Horizonte, Minas Gerais: Autêntica. 2000. p.127.

MAIA A. C. B. et al. Educação Sexual na Escola a partir da Psicologia Histórico-Cultural. **Psicologia em Estudo**, Maringá, p. 151-156. 2012.

MACHADO, L. Z. **Matar e morrer no feminino e no masculino**. In D. Oliveira, E. C. Geraldes & R. B. Lima, Primavera já partiu: retratos de homicídios femininos no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes. p. 96-121, 1998.

MELO, R. A. BARRETO, D. J. Formação em Psicologia: Discursos e Saberes sobre a Experimentações de Gênero. Psicologia: **Ciência e Profissão**, p. 676-689. 2014.

NEVES, M. A. Anotações sobre trabalho e gênero. São Paulo: **Cad. Pesquisa**. 2013.

OSÓRIO, L. C. **Casais e família: uma visão contemporânea**. Porto Alegre: ArtMed, 2002.

PASINATO, W. Acesso à Justiça e Violência Doméstica e Familiar Contra as Mulheres: As percepções dos Operadores Jurídicos e os Limites para a Aplicação da Lei Maria da Pena. **Revista Direito GV**. São Paulo. p. 407-428. 2015

SAFFIOTI, H.I.B. **Já se mete a colher em briga de marido e mulher**. São Paulo: Em Perspectiva, 1999.

SCHRAIBER, L.B. D'OLIVEIRA, A.F.P.L. FALCÃO, M.T.C. & FIGUEIREDO, W.S. **Violência dói e não é direito**: A violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos. São Paulo: Editora UNESP - Saúde e Cidadania, 2005.

SILVA, S. G. Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher. **Psicologia Ciência e Profissão**. v. 30. Brasília, 2010.

SOUZA, T. M. C.; SOUSA, Y. L. R. S. Políticas Públicas e Violência Contra a Mulher: A Realidade do Sudoeste Goiano. **Revista SPAGESP**, Ribeirão Preto. 59-74 p. 2015.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2015**: Homicídios de Mulheres no Brasil. 1. ed. Brasília. FLACSO. 2015.